

**ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA  
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
MATO GROSSO DO SUL**

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, com a presença de treze deputados, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Agora, sim, senhor presidente, com esse número que nos traz muita sorte e que sinaliza um futuro promissor par o nosso Brasil, vamos em frente. Bom dia, senhores deputados, público presente e a quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. *“Ata da Nona Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Nove da Oitava Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Mara Caseiro, Junior Mochi, Antonio Vaz, Pedro Kemp e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Gleice Jane e Zeca do PT. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 146/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes; Projeto de Lei nº 173/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Catarina Gonçalves da Silva Nascimento; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Antônio Nino Manoel dos Santos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada aos familiares de Hermenegildo Vitorio de Araujo; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Escola Municipal Neil Fioravanti - CAIC, do município de Dourados, em comemoração aos seus trinta anos de fundação; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Sindágua/MS, pela celebração de seus quarenta anos de atuação em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do saneamento no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada a Gialyson Corrêa da Silva, empossado como Conselheiro Estadual da Juventude de Mato Grosso do Sul (Conjuv); requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à professora Letícia Couto, docente do Instituto de Biociências (Inbio), pela conquista do Prêmio Nacional Mulheres e Ciência, na categoria 'Estímulo', reconhecimento de grande relevância para a*

*ciência brasileira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Casa da Memória Raída, pelo certificado como Ponto de Cultura recebido do Ministério da Cultura por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, reconhecendo e valorizando o trabalho do Coletivo Memória Raída; requerimento de informações, de autoria dos deputados Gleice Jane e Renato Câmara; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Neno Razuk, Lidio Lopes, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, demais deputados e deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 03 de março de 2026: Email - Transferegov, notificando a liberação de recursos do Convênio nº 974953/2025, referente à 2ª parcela (Prot. nº 310/2026); Ofício nº 56/2026, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 4874/2025); Ofício nº 5/2026, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, Comarca de Anastácio, respondendo à moção de aplauso do deputado Junior Mochi (Prot. nº 079/2026); Ofício nº 170/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando Procedimento Administrativo nº 09.2025.00010445-4; Ofícios nºs 55.052, 55.055, 55.058, 55.061, 55.064, 55.110, 55.330, 55.333, 55.336, 55.339, 55.342, 55.345, 55.348, 55.351, 55.354, 55.357, 55.452, 55.482 e 55.501/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Gleice Jane, Zé Teixeira, Junior Mochi, Caravina, Jamilson, Renato Câmara e Zeca do PT (Prot. nº 014/2026); Ofício nº 12.766/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul - encaminhando o Relatório Detalhado do Terceiro Quadrimestre de 2025 (Prot. nº 318/2026). Ofícios nºs 8, 106, 178, 180 e 181/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Coronel David, Zé Teixeira e Antonio Vaz (Prot. nº 3750/2025, 4476/2025, 2917/2025, 2552/2025, 4475/2025, 2558/2025, 2723/2025, 4658/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Apresento uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Fábio Santos Florença, prefeito municipal de Miranda, com cópia ao senhor Anildo Francisco Balbuena, secretário municipal de Educação, solicitando a realização de estudos urgentes visando à reforma da Escola Municipal Indígena Extensão Luís Raimundo, localizada na aldeia

Morrinho, na terra indígena Cachoeirinha, no município de Miranda. Outra indicação, ao prefeito de Miranda, senhor Fábio Santos Florença, com cópia ao senhor Anildo Francisco Balbuena, secretário municipal de Educação, solicitando medidas urgentes para a construção de quatro salas de aula na Escola Municipal Felipe Antônio, localizada na aldeia Argola, no município de Miranda. Segundo lideranças indígenas que estiveram em meu gabinete, a falta de espaço compromete a organização pedagógica, dificulta a distribuição das turmas, prejudica o planejamento das atividades escolares e impacta diretamente a qualidade do ensino. Além disso, a superlotação afeta o conforto e o bem-estar de alunos e professores, podendo inclusive comprometer-lhes o rendimento escolar. Apresento também um requerimento, para a realização de audiência pública, no dia 24 de março, das 13h00 às 18h00, com o tema "Rios que conectam, obras que fragmentam: os impactos da hidrovía Paraguai - Paraná no Pantanal, seus povos e espécies". Essa audiência será realizada em parceria com a Environmental Justice Foundation (EJF) e o Instituto SOS Pantanal. Por último, apresento uma moção de congratulação à diretoria da Fetems, que completa 47 anos de história, marcada pela resistência e pelo compromisso inabalável com os trabalhadores em educação. A Fetems, Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, nasceu da luta, da organização coletiva e da ousadia de homens e mulheres que acreditaram que a educação pública só se fortalece quando seus profissionais são respeitados e valorizados. Ao longo de quase cinco décadas, vem a federação enfrentando desafios enormes na defesa da educação pública de qualidade, na defesa da valorização dos trabalhadores em educação, enfrentando tentativas de retirada de direitos, reformas injustas, enfrentando também momentos de silêncio impostos por vozes que tentaram calar seus dirigentes, mas a Fetems nunca recuou, é a maior entidade sindical de trabalhadores de Mato Grosso do Sul, que tem a capacidade de mobilizar a sua categoria em defesa dos seus direitos e também em defesa de uma escola pública de qualidade para os nossos alunos. Cada conquista celebrada, o respeito ao piso nacional de salário dos professores, os avanços nos planos de cargos e carreiras, a defesa da previdência, a valorização dos aposentados e aposentadas, carrega o esforço de quem veio antes, de quem construiu essa história de luta. Então quero aqui, através dessa moção, enaltecer a história dessa importante entidade sindical do estado e lhe desejar que continue firme e forte na defesa de uma escola pública, democrática, laica, de qualidade social para todos e na defesa da valorização de todos os trabalhadores em educação, docentes e administrativos. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes e público que nos acompanha. Indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a implantação de pista de caminhada na saída para Rio Verde, ao longo da MS-080, no município de Rio Negro, com a instalação de iluminação em toda a sua extensão, garantindo dessa forma um espaço público

adequado e seguro para a prática de atividades físicas. Essa solicitação veio do gabinete da vereadora Nair Oliveira, atuante vereadora do município de Rio Negro. A MS-080 é uma rodovia estadual, pertencente portanto ao estado, o Governo já tem feito melhorias na 080 no trecho, e a medida que ora se solicita permitiria essa pista de caminhada (as pessoas já fazem caminhada ali), e com uma pista e iluminação adequadas essa prática fica bem mais tranquila. Indicação. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando com urgência a restauração da ponte de madeira construída sobre a primeira vazante da BR-419, após a bifurcação com a MS-228, no município de Rio Negro, em razão dos severos danos ocasionados pelas recentes chuvas e dos prejuízos já suportados pela população local. Também é um pedido da vereadora Nair. Como a rodovia é federal, o pedido vai para o Dnit. É uma obra importante, é um trecho de bastante tráfego, de escoamento de produção, e a atual situação da ponte não está permitindo o trânsito na localidade. Era isso, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa, demais colegas, senhoras e senhores que nos acompanham. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Anatel, senhor Carlos Manuel Baigorry, e à gerente das Unidade Operacional da Anatel no estado, senhora Vera Lúcia Burato Marques, solicitando, em regime de urgência, estudo de viabilidade técnica para a instalação de uma torre de telefonia no distrito de Palmeiras, no município de Dois Irmãos do Buriti. Justificativa: a inexistência de cobertura adequada naquele distrito compromete a comunicação dos seus moradores, prejudicando-lhes o acesso a serviços essenciais, tais como atendimentos de saúde, segurança pública, atividades escolares, comércio local e demais demandas cotidianas que dependem de conectividade. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Associação DeMolay Alumni de Mato Grosso do Sul, na pessoa presidente estadual, senhor Rômulo Fernando Cândido Mariano Machado, pela idealização, coordenação e execução da ação social "Asas que conectam - Doe sangue. Doe medula. Salve vidas!", de relevante impacto social e humanitário em todo o estado. A campanha "Asas que conectam", que vem se consolidando como mobilização estadual permanente de incentivo à doação de sangue e de medula óssea, convoca a população sul-mato-grossense a contribuir junto à Rede Hemosul, especialmente nos "Dias D" das edições. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Vinícius Rondon Toscano de Brito Gomes, em reconhecimento à sua destacada trajetória de formação profissional especializada e aos relevantes serviços por ele prestados em instituições e áreas ligadas à segurança, à defesa pessoal e à capacitação tática. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao programa TV Nikkey MS, representado pelo

diretor da TV, o senhor Bernardo Yukihiye Tibana, pelos seus dezenove anos no ar prestando relevantes serviços à comunidade. A TV Nikkey MS atua junto à Associação Nipo-Brasileira de Campo Grande (AECNB), acompanhando e divulgando eventos tradicionais, como o Festival do Japão MS, concursos e campeonatos de karaokê, além de festividades culturais que mantêm vivas as tradições japonesas. Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Apresento uma moção de congratulação, senhor presidente. Requeiro à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor doutor Renzo Siufi, promotor de justiça, eleito o novo presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União, para o ano de 2026. Eu gostaria de saber, senhor presidente, se Vossa Excelência assina comigo a moção... Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Assino, claro. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, primeiro registro uma indicação, que vai deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, bem como ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a realização, com urgência, dos serviços de patrolamento para a pista da MS-444, no trecho compreendido entre o seu cruzamento com a MS-112 e o perímetro urbano de Selvíria. Requerimento de informações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental e após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando as seguintes informações: Considerando que em 2023 este mandato já discutiu com a concessionária Energisa um programa para a implantação do sistema trifásico em assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, requeiro saber: existe estudo técnico ou planejamento estratégico em andamento, por parte da concessionária Energisa e/ou do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, visando ao programa de substituição da rede monofásica pela trifásica em assentamentos do estado? Ontem, senhor presidente, participamos de um evento reunindo aproximadamente trezentas lideranças — do movimento social, dos assentados da reforma agrária, das comunidades indígenas e quilombolas —, ocasião em que lançamos um programa de agroindustrialização para a agricultura familiar, com recursos já disponibilizados de R\$ 15 milhões; cinco disponibilizados pela deputada Camila; cinco pelo deputado Vander Loubet e cinco pela senadora Soraya Thronicke. Requerimento de informações. Requeiro à Mesa, na forma regimental e após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação,

senhor Jaime Elias Verruck, bem como à secretária-executiva da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhora Karla Bethânia Ledesma, nos seguintes termos: Considerando que através da Resolução nº 104, de 29 de maio de 2025, a Semadesc criou um grupo de trabalho operacional para a implantação do programa do Selo da Agricultura Familiar, requeiro saber: qual a data prevista para o referido grupo de trabalho apresentar os normativos necessários para que os agricultores familiares interessados possam requerer o cadastramento para a efetiva participação no programa do selo da agricultura familiar, criado pela Lei nº 6.405/2025? Senhor presidente, este requerimento acerca do selo se justifica com o lançamento ontem, volto a dizer, do nosso programa, que reuniu aproximadamente trezentas lideranças dos assentados, quilombolas e indígenas, programa de agroindustrialização... Quinze milhões de reais disponibilizados pela deputada Camila, cinco pelo deputado Vander Loubet e cinco pela senadora Soraya Thronicke. Vale dizer, senhor presidente, que na sessão de quinta-feira o deputado Paulo Corrêa, interinamente presidindo a sessão, comprometeu-se a solicitar informações a respeito, em nome desta Casa, ao Governo do Estado. Parece-me que não veio ainda o retorno, infelizmente. O que se percebe é que a fazendeirada deste estado — que, através da Famasul, manda no Estado — não quer que se regulemente a lei! Pois eu quero comunicar a Vossa Excelência que vou esperar mais o mês de março; em não vindo nada, vou solicitar ao Ministério Público do Estado providências com relação ao cumprimento da lei, lei aprovada por esta Casa, que criou o selo, a certificação para produtos da agricultura familiar. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja realizada a manutenção da MS-475 (rodovia Delso Álvaro Benedito), no município de Novo Horizonte do Sul. Justificativa. A proposta atende a uma solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Edy Carlos. Esse trecho da MS-475 é uma rota essencial para o transporte de pessoas, mercadorias e produção agropecuária. A precariedade da estrada impacta negativamente o escoamento da produção local, afetando diretamente a economia da região. A falta de manutenção compromete a segurança de veículos e pedestres, aumentando o risco de acidentes, especialmente para transportadores de carga e trabalhadores que dependem dessa rodovia para os seus frequentes deslocamentos. Diante da relevância econômica e social da rodovia, solicitamos que o recapeamento seja incluído nas prioridades do planejamento de obras rodoviárias para a região. Outra indicação, aos mesmos destinatários da anterior, solicitando a implementação de um acostamento na MS-258, no KM 25, antes de chegar na MS-455, no município de Sidrolândia. A proposta em questão atende a uma solicitação que nos foi encaminhada pelo senhor Juberfelis Ferreira. Atualmente, o motorista enfrenta dificuldades consideráveis ao

tentar acessar as propriedades rurais da região, devido à falta de estrutura adequada para fazer o contorno e adentrar a estrada que conduz às propriedades. A ausência de acostamento torna a entrada e saída das fazendas um desafio, especialmente para veículos maiores, como caminhões agrícolas e tratores. Entendemos que a implantação de acostamento na 258 é medida crucial para melhorar a acessibilidade e a segurança dos moradores e trabalhadores da região. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados! Bom dia àqueles que nos prestigiam com sua presença e a quem nos acompanha pela TV Assembleia e pelas mídias sociais, aos servidores e à imprensa presente. Faço uso do Pequeno Expediente para apresentar dois projetos de lei e uma indicação. Projeto de lei. Dispõe sobre a suspensão da fluência do prazo de validade de concursos públicos, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, durante o período em que a nomeação dos candidatos aprovados esteja juridicamente vedada ou substancialmente restringida em razão do processo eleitoral. Artigo 1º - Fica suspensa a fluência do prazo de validade de concursos públicos, homologados antes ou durante os cento e oitenta dias que antecedem a data das eleições, enquanto a nomeação de candidatos aprovados estiver juridicamente vedada ou substancialmente restringida, por imposição normativa decorrente da legislação eleitoral e de outras correlatas. Parágrafo 1º - A suspensão perdurará exclusivamente pelo período em que subsistir a vedação ou restrição jurídica à nomeação, retomando-se automaticamente a contagem do prazo remanescente no primeiro dia útil subsequente ao seu término. Parágrafo 2º - A autoridade administrativa responsável pelo certame deverá publicar no Diário Oficial Eletrônico do Estado ato formal declarando o início e o término da suspensão da fluência do prazo de validade. Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não gera direito subjetivo à nomeação nem afasta a observância dos limites constitucionais, fiscais e orçamentários aplicáveis à despesa com pessoal. O segundo projeto de lei que gostaria de registrar Declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa Masters de Brasilândia, com sede no município de Brasilândia. Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual da Associação Recreativa Masters de Brasilândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Brasilândia. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Por último, uma indicação, ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa/MS, e ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, por cópias autônomas, solicitando, em caráter de urgência, a adoção das medidas necessárias para sanar a oscilação e as frequentes quedas no fornecimento de energia elétrica no município de Pedro Gomes. A presente demanda justifica-se em razão do pedido formulado pelo vereador Sérgio Carlos Borges (Bidu), da Câmara Municipal de Pedro Gomes, encaminhado a este gabinete parlamentar por meio do Ofício nº 002/2025, conforme documento anexo. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, deputado Gerson Claro, demais colegas! Bom dia a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia. Tenho algumas moções de congratulação e uma indicação. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Cláudia Lima Gusmão Cacho, coronel médica, por sua indicação para integrar o quadro de oficiais-generais do Exército Brasileiro, tornando-se a primeira mulher a alcançar o generalato na história da nossa força terrestre. A moção, uma vez aprovada, deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado Professor Rinaldo Modesto, congratula-se com a senhora Cláudia Lima Gusmão Cacho, coronel médica do Exército Brasileiro, por sua indicação para integrar o quadro de oficiais gerais da corporação, tornando-se a primeira mulher a alcançar o generalato na história da nossa força terrestre. Natural de Recife e médica pediatra, Cláudia tem 57 anos, é casada com o general de divisão Jorge Augusto Ribeiro Cacho, é mãe de duas filhas e começou a carreira no período de início da integração da presença feminina nas Forças Armadas. Ingressou nas fileiras do Exército em 30 de janeiro de 1996, inicialmente como oficial temporária no então 42º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Goiânia. Dois anos depois, concluiu o Curso de Formação de Oficiais Médicos na Escola de Saúde do Exército, consolidando a carreira na área de saúde militar. Ao longo de quase três décadas de carreira, acumulou funções de comando e gestão, com destaque para a direção do Hospital de Guarnição de Natal (RN) e do Hospital Militar de Área de Campo Grande (MS), duas unidades consideradas estratégicas na rede hospitalar da Força. Mais recentemente exerceu a função de subdiretora técnica do Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro. A indicação da coronel Cláudia Gusmão Castro foi aprovada em votação secreta pelo Alto Comando do Exército e segue agora para homologação do presidente da República, junto com outros nomes promovidos ao posto de general de brigada. Com a confirmação da promoção ao generalato, a coronel Cláudia deverá assumir a direção do Hospital Militar de Área de Brasília, reforçando sua trajetória na área de saúde e gestão hospitalar dentro do Exército Brasileiro. Encaminho também uma moção de congratulação ao soldado PM Helder Ferreira Guedes, lotado no Batalhão de Choque da PM/MS, o qual, no dia 1º de janeiro do corrente ano, em ação de muita perspicácia, fruto de sua formação policial, evitou uma ação criminosa em que um indivíduo com arma branca tentou estuprar uma policial civil, quando esta fazia atividades físicas, na avenida Rita Vieira de Andrade, no bairro Rita Vieira, nesta capital. A exemplar ação do soldado Helder Guedes, ao salvar uma integrante da sociedade, prendendo em flagrante o criminoso, orgulha a corporação e a sociedade sul-mato-grossense. Por último, senhor presidente, registro uma indicação ao senhor prefeito Gerardo Gabriel Boccia, de Bela Vista, com cópia à senhora secretária municipal de Educação, professora Sheyla de Souza Cordeira, solicitando estudos no sentido de suprir a necessidade de contratação de Assistentes de Educação Especial na rede municipal de ensino, haja vista a constatação de crianças matriculadas com Transtornos do Espectro Autista e outras deficiências e que precisam desses profissionais para a sua inclusão educacional. Esta é uma demanda que

chegou ao nosso gabinete por parte de alguns membros da rede de educação daquele município. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui, primeiro, apresentar uma moção de protesto, mais um protesto, desta vez em razão do feminicídio cometido em Três Lagoas, que vitimou a jovem Beatriz Benevides da Silva, de 18 anos. O Brasil tem assistido nos últimos anos a um crescimento persistente dos índices de feminicídio, fenômeno que expõe a face mais cruel da desigualdade de gênero e da violência estrutural contra as mulheres. Em Mato Grosso do Sul, a realidade não é diferente, os casos se acumulam numa sequência alarmante, revelando que os mecanismos de prevenção e proteção existentes não estão sendo suficientes para conter a escalada da violência contra as mulheres: mais uma situação de muita tristeza. Bastante revoltante também o que aconteceu no Rio de Janeiro, o estupro coletivo de uma jovem de 17 anos. É incrível que jovens, meninos, homens, estejam normalizando a violência sexual contra a mulher. Vale ressaltar que um deles é filho do subsecretário da Prefeitura do Rio. Essas situações também precisam ser debatidas, inclusive dentro das escolas; as escolas precisam discutir relações de gênero, precisam discutir as relações do patriarcado, precisam enfrentar essas violências. Apresento também uma moção de congratulação às sul-mato-grossenses integrantes da primeira turma do Serviço Militar Inicial Feminino (Smif) incorporada no âmbito do Comando Militar do Oeste, bem como ao comandante Militar do Oeste, o general Alcides Valeriano de Faria Junior, pela histórica incorporação das primeiras mulheres ao Serviço Militar Inicial em Mato Grosso do Sul. A cerimônia de incorporação, realizada em Campo Grande, constitui marco emblemático para o estado e para o país, inserindo-se em um movimento nacional que contempla 1.467 mulheres, distribuídas em 13 estados e no Distrito Federal, dentre um universo superior a 30 mil candidatas. Em Mato Grosso do Sul, 99 jovens passaram a usar, pela primeira vez, a farda camuflada do Exército Brasileiro. Eu estive presente nessa histórica cerimônia, ontem, testemunhando mais um episódio que prova que as mulheres podem se colocar onde elas quiserem estar. Foi um evento bastante emblemático, pela primeira vez as mulheres, de forma voluntária, poderão entrar no início da carreira militar. Então quero aqui me congratular com o comandante Faria Júnior, com o general Zanon, que organizou a cerimônia, e com todas as mulheres que foram voluntárias nesse processo. Requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, o encaminhamento de expediente à Confederação Nacional da Indústria, na pessoa de seu presidente, o senhor Ricardo Alvarez Alban, para que preste informações, no prazo de 15 dias, com a respectiva documentação comprobatória, sobre ações, providências e medidas adotadas pela CNI para garantir transparência, controle institucional e práticas de governança no âmbito do Sistema Indústria, especialmente em face das recentes denúncias e demandas públicas relacionadas à Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems), conforme noticiado pela imprensa local e nacional. A gente precisa saber: 1) se a CNI foi formalmente comunicada sobre a instauração de

inquérito civil, pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que investiga contratos firmados no âmbito da Fiems com empresas que possuem o mesmo quadro societário, cujo valor total reportado é de aproximadamente R\$ 1,5 milhão; 2) quais medidas institucionais e normativas a CNI tem adotado, ou pretende adotar, para acompanhar, supervisionar ou orientar as federações estaduais de indústria acerca da correta aplicação dos recursos; (...) 4) quais foram especificamente os valores repassados pela CNI à Fiems no período compreendido entre julho de 2022 e outubro de 2025, e qual a destinação efetiva desses recursos (com a apresentação de relatórios ou comprovantes que demonstrem as aplicações em atividades de desenvolvimento social, qualificação profissional, suporte técnico e inovação, conforme os fins legais atribuídos ao Sistema S); 5) se a CNI realizou, determinou ou recomendou auditorias internas, sindicâncias ou outras formas de verificação acerca dos contratos e repasses em questão ou sobre a atuação da Fiems; 6) quais medidas de fortalecimento de governança, *compliance* e transparência a CNI está estimulando ou pretende implementar no âmbito do Sistema Indústria, de modo a assegurar que recursos administrados por federações estaduais sejam aplicados com rigor técnico, legal e ético, em respeito ao interesse público e à confiança social; e 7) se há previsão de atuação corretiva ou recomendatória da CNI diante de questionamentos ou investigações que envolvam federações estaduais, e, em caso afirmativo, quais são os instrumentos, prazos e mecanismos previstos para tal intervenção. Estamos, portanto, fazendo esse questionamento à CNI sobre o escândalo que envolveu a Fiems, é um requerimento da bancada do PT, assinado pelos três deputados do partido; quando vierem as respostas, vamos estudá-las e dar continuidade nesse processo de averiguação, de questionamentos e, se necessário, vamos propor uma CPI. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, público presente. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma à diretora-presidente da Fundação de Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab), senhora Marina Hojaj Carvalho Dobashi, solicitando que seja viabilizada a implantação da Casa do Trabalhador no município de Japorã. Justificativa anexa, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O último inscrito, o deputado Lucas de Lima.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados. Indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando que seja providenciado, com urgência, o patrolamento e o encascalhamento da rua Dolores Durano, bairro Recanto dos

Paineiras. Outra indicação, ao senhor prefeito municipal de Terenos, doutor Arlindo Landoufe Filho, solicitando estudo urgente sobre a possibilidade de oferecer os serviços de patrolamento e encascalhamento para a comunidade dos distritos de Terenos, principalmente para as vias de acesso às escolas do município. Atendendo a manifestações dos moradores dos distritos, solicitamos que após os períodos de chuva seja feito o patrolamento e o encascalhamento das vias de acesso dos distritos de Terenos. Mais uma indicação, esta ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao prefeito de Sidrolândia, senhor Rodrigo Basso, solicitando com urgência o recapeamento da MS-162 e a pintura das sinalizações do trecho do distrito do Quebra Coco. A presente indicação respalda-se em solicitações feitas por moradores locais que se queixam das condições precárias do trecho, que impedem a fluidez do tráfego e causam prejuízo ao motorista (devido às avarias que se vão acumulando em seus veículos). Apresento também um projeto de lei que "dispõe sobre a autorização do sepultamento conjunto de animais em jazigos familiares de cemitérios tradicionais e estabelece diretrizes para a preservação da dignidade, da memória e do respeito aos vínculos afetivos entre humanos e seus animais de companhia". Essa lei — que já existe no Estado de São Paulo, foi aprovada pelo governador Tarcísio — busca regulamentar uma demanda crescente da sociedade brasileira: o sepultamento digno de animais de estimação, reconhecendo a relevância do vínculo afetivo estabelecido entre humanos e seus companheiros não humanos, além de oferecer uma alternativa sanitária e ambientalmente adequada à destinação de seus corpos. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 0343/2026, 00342/2026, 00337/2026, 00336/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 00325/2026, 00316/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 0324/2026, 00317/2026). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 00334/2026). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 00358/2026, 00357/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: um requerimento (Prot. nº 00356/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 0347/2026, 00321/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 00329/2026, 00328/2026, 0327/2026); um requerimento (Prot. nº 00326/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 00323/2026, 0322/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nºs 00351/2026, 00350/2026, 00319/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nº 00330/2026); Projeto de lei (Prot. nº 00320/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 0353/2026, 00352/2026); um requerimento (Prot. nº 00354/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00355/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 0344/2026, 00345/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00348/2026, 00346/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00349/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 00315/2026, 0314/2026, 00313/2026, 0312/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00311/2026).

De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 00338/2026); três moções de congratulação (Prot. nºs 00341/2026, 00340/2026, 00339/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00335/2026, 0333/2026, 0332/2026, 00331/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Roberto Hashioka. Transferida. Deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de dezessete minutos e meio.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, bom dia. Nós temos aqui uma cena um tanto inusitada, deputada Lia, deputado Zeca do PT... Peço para subirem a imagem no telão, que vamos colocar à disposição dos senhores... O caso é que me chegaram diversas denúncias neste final de semana, e uma que eu queria destacar aqui, a mais emblemática: esta imagem do governador Eduardo Riedel. Eu não sei quem é que está orientando o pessoal na secretaria de Fazenda, no Governo, não sei se é o publicitário espanhol que está lá, se é alguma empresa, o que sei é que alguém foi contratado para estabelecer um certo perfil de vestimenta, um tipo de traje obrigatório... eles gostam muito de termos em inglês, é *personal stylist* para cá, é *dashboard* para lá, é *tablet*, é *scroll*, é qualquer coisa menos governar. Esse *dress code* que estabeleceram lá colocaram (vejam na imagem) o governador, o Jaime Verruck e o Cláudio Mendonça, colocaram os três com a mesma calça jeans, o mesmo cinto e a mesma camisa. É no mínimo estranho, porque, deputado Pedro Kemp, enquanto eles estão preocupados com o *dress code* e o Regularize Já, nós estamos preocupados é com o "consignado já". Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, neste final de semana, deputado Zeca do PT, deputado Lucas (tenho certeza que Vossa Excelência também recebeu essa mensagem), fizeram diversas denúncias. O governador não conseguiu, nem com esse *dress code*, pagar os consignados que estavam contratados com o Banco do Brasil (mais de cem milhões de reais!), isso foi descontado das pessoas — muitas, deputado Zeca, apenas após o nosso vídeo, tiveram o bloqueio desfeito, ou o estorno do débito... Concedo a palavra ao deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Agradeço o aparte. Deputado, eu também tenho recebido essa informação em meu gabinete, servidores preocupados estão ligando se queixando que o Governo do Estado está descontando em seus salários o consignado mas não está repassando para os bancos. Isso é um problema muito sério! O Estado terá de responder por isso, porque é uma apropriação indébita. O Governo está retendo o valor que deveria repassar aos bancos dos consignados. Além do mais, deputado, também eu estive viajando pelo interior e soube pelo Sinted [Sindicato dos Trabalhadores em Educação] que os sindicatos não estão recebendo o repasse do dinheiro que é descontado do servidor e que é... do sindicato! É a contribuição sindical que o servidor faz, isso também está atrasado, já estava atrasado dois meses, mês passado. E mais uma reclamação: está havendo também atraso no repasse dos recursos contratados com os hospitais, e com um agravante, a Cassems também está recebendo em atraso o valor que é descontado do salário do servidor. Está um verdadeiro caos financeiro em Mato Grosso do Sul e eu fico meu perguntando o que que está acontecendo. Aquela imagem de bom gestor caiu por

terra! É um caos que nós estamos vivendo na saúde, também no repasse devido aos sindicatos, é também no repasse dos consignados. É uma situação muito grave e o Governo do Estado terá de responder por isso. Agradeço pelo aparte.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Deputado Pedro Kemp, incorporo na íntegra o aparte de Vossa Excelência. O que estou tentando fazer aqui é explicar para o servidor, para o público, para os colegas parlamentares, o que tem acontecido: você pagou a sua parcela do consignado para o Estado, o Estado descontou de você em janeiro, em fevereiro, não pagou a sua dívida e você foi acionado pelo banco para pagar... e o banco maliciosamente, sabendo que o Estado ia fazer o pagamento da folha, deputado Pedro Kemp — não há santo nessa história! — lançou no final de semana, quem precisava ficou sem, isso no sábado, quando recebemos a denúncia. Aí o sistema do banco, misteriosamente, entrou em indisponibilidade e bloqueou o valor correspondente do débito devido como lançamento futuro para quem não tinha saldo. Vossa Excelência está coberto de razão em sua fala assertiva, deputado Pedro Kemp, quando diz que estamos diante de um fato criminoso do governador Eduardo Riedel. Apropriação indébita! Pegou o recurso do servidores, não pagou, não repassou essa parte dos salários, embolsou, trabalhou fevereiro inteiro com essa diferença no seu caixa. Pelo menos com relação ao Banco do Brasil nós já temos certeza: isso já alça pela quantia de cem milhões de reais aproximadamente.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Um aparte...

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Isso demonstra o estado de dificuldade fiscal do Governo, desde o início do mandato do governador Eduardo Riedel que nós estamos dizendo que isso não daria certo. Mas que nada, ele criou esse governo conceitual; eles ficam com esses conceitos de *dashboard*, de *tablet*, e não falam com o povo, com as pessoas — que têm de pagar suas contas, que têm de trabalhar, que estão vendo os produtos da cesta básica aumentar, por conta das dificuldades que o Estado têm provocado, apesar dessa enorme quantidade de tributos. Sem falar dessa perseguição fiscal, deputado Zeca do PT, deputado Pedro Kemp, ao micro e pequeno empreendedor... Sabe o que está dizendo agora o governador? Que é mentira da oposição, que foi um erro do sistema... Já foi assim com o Regularize Já — conversei a respeito com a deputada Lia Nogueira —, o governador fez um vídeo dizendo que não, que isso tinha sido um erro de comunicação, uma falácia da oposição... Mas ora, quer dizer que ele colocou uma pessoa na Secretaria de Fazenda especialista em comunicação social que não consegue se comunicar?! Sem entendimento fiscal e tributário para explicar ao governador que esse problema ia acontecer?

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Um aparte?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Voltando ao assunto dos servidores públicos, deputado Pedro Kemp, o Midiamax, deputada Lia, notícia: "Erro em sistema de banco provoca desconto duplicado na conta de servidores públicos." Mentira!! A manchete devia ser: "Falta de repasse por parte do Governo provoca desconto." Eu já estou ficando

cansado, deputada Lia... Mas vamos lá; nós estamos oferecendo aos deputados do PT, do Republicanos, do PL, do MDB, a oportunidade de desmentir o governador: vamos fazer um requerimento ao Banco do Brasil solicitando a mais importante das informações: quanto que o Governo coletou do consignado dos servidores e quando isso efetivamente foi depositado.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Um aparte?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Nós queremos confrontar a versão da ouvidoria do banco com a resposta oficial do Banco do Brasil. Aos servidores que pediram informações, deputado Zeca do PT, disseram que foi porque o Governo não passou os recursos de fevereiro. Será que o sistema do banco é mentiroso? será que o superintendente do banco vai responder por ato de improbidade também, indireta? será que ele vai responder por crime? será que ele está mentindo para os servidores?... Depois que o Estado foi acionado vem a mídia e desmente o superintendente do Banco do Brasil...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Concedo um aparte ao deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — O aparte é para mim, deputado João Henrique.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Só para reafirmar o que o deputado Pedro Kemp falou: nas últimas vinte e quatro horas, deputado João Henrique, meu companheiro, meu amigo, eu recebi aproximadamente duzentas mensagens do pessoal desesperado porque estão debitando o consignado na conta desses funcionários, porque o Estado não repassou.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Eu tenho informação aqui, gente, deixe-me falar!... Concede o aparte, deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Deputado Zeca do PT, eu incorporo o aparte de Vossa Excelência à nossa fala... Concluindo, quero dizer que os aposentados...

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Está aqui! Foi erro do sistema!

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Erro de governo? Sim, erro de um governo que é "horridel"... Concedo o aparte ao ilustre deputado Pedro Arlei Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Deputado João Henrique, com todo o respeito à fala de Vossa Excelência, com relação ao Regularize Já, acho que a coisa já foi muito bem esclarecida aqui pelo deputado Paulo Duarte. No que toca aos consignados, eu tenho aqui em mãos uma nota oficial do Banco do Brasil em conjunto com o Governo: "O

Banco do Brasil e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul informam que foi identificada uma ocorrência operacional pontual no processamento das informações do convênio de consignação em folha, à qual recebeu tratamento imediato pelas equipes técnicas responsáveis. Dessa forma, eventual divergência percebida temporariamente por alguns servidores não decorreu de ausência de repasse ou de qualquer irregularidade no convênio, mas de uma situação operacional já regularizada, sem prejuízo a nenhuma das partes envolvidas. Esclarecem ainda que os repasses das consignações em folha permanecem regulares, sem qualquer pendência por parte do Estado, assim como sua operacionalização pelo Banco do Brasil. O Banco do Brasil e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul reafirmam o seu compromisso com a segurança dos processos, a transparência e a adequada prestação de serviço aos servidores públicos estaduais." Nota oficial! Não precisa mais nada de documento. É documento assinado pelo Banco do Brasil dizendo que foi uma operacionalização errada — do banco! De modo não procede o que está sendo dito, o discurso de Vossa Excelência é campanha política antecipada. Obrigado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Não incorporo a fala de Vossa Excelência, deputado Pedro Caravina, até porque entendo bem esse seu discurso, o discurso do Governo. Isso me lembra aquela personagem d'*A praça é nossa*, que fala, fala, fala, explica, explica e no final ninguém entende nada. Entendeu? Nem eu. É como soa a nota de Vossa Excelência, porque faltam elementos técnicos, falta o extrato, o comprovante, deputado Pedro Caravina. Ora, o Governo promoveu o desconto em fevereiro e não repassou! *Falha de sistema, ocorrência operacional, notas conjuntas* são expressões que o Governo tem compelido instituições de credibilidade a subscrever, porque ele, Governo, perdeu a credibilidade de fala. Deputado Caravina, o governador Eduardo Riedel não precisa soltar nota conjunta nem isolada, o que ele precisava fazer era explicar cadê o dinheiro que estava aqui na Assembleia e lhe foi enviado, através de lei orçamentária, para que ele pudesse pagar o Banco do Brasil. Nós lhe demos todos os elementos, esta Casa construiu uma ampla base de apoio para que o governador Eduardo Riedel fizesse o que bem entendesse com o seu governo... E pergunto eu, deputado Caravina: Vossa Excelência assinaria conosco esse requerimento, que solicita os comprovantes daquilo que diz a nota que Vossa Excelência menciona?

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Concede um aparte?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Concedo o aparte à deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Parabéns pela fala, deputado, também recebi vários servidores públicos questionando essa bizarra situação em suas contas. Eu quero saber o seguinte, esses servidores terão de pagar multa, juros relativos a esse atraso?... Outra coisa, dizer que a culpa é do sistema, desse sistema "horridel", não convence. Então eu quero dizer que nós da bancada do PT assinamos o requerimento e queremos questionar também o banco sobre eventual cobrança de juros e multa em função desse erro do "sistema horridel". Obrigada.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Agradeço e incorporo a fala de Vossa Excelência; e exorto aos demais colegas que assinem, para que sejam apresentados os extratos, o dinheiro, o comprovante do que aconteceu, porque, dependendo da resposta, deputada Gleice Jane, eu mesmo vou acionar o superintendente do Banco do Brasil instando-o para que, caso tenha havido prejuízo para quem ficou sem dinheiro no final de semana, o valor correspondente seja devolvido em dobro. Obrigado, deputada Gleice, obrigado, senhor presidente, era o que tinha para hoje.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três deputados presentes, há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 146/2025. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, o 'Brasileirão de Laço Comprido' e o 'Encontro de Laço Comprido do CLC', a serem realizados anualmente no mês de junho, no Parque do Peão CLC, em Campo Grande/MS, e dá outras providências."... Retirado de pauta em razão da ausência do autor. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 229/2025. Autora: deputada Lia Nogueira. "Denomina o Centro de Diagnóstico do Hospital Regional de Dourados/MS a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputado Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Para justificar o meu voto... Eu gostaria de solicitar o apoio dos nobres pares na aprovação desse projeto, tendo em vista a importância que teve o doutor Maranhão para a saúde de Dourados, ginecologista, obstetra; quantos douradenses não nasceram pelas suas mãos!

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Eu gostaria que Vossa Excelência lembrasse do Regimento: antes da votação não se pode citar o nome.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Perdão, presidente... Era só para solicitar o apoio dos nobres pares na votação desse importante projeto. Voto sim. Obrigada

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara- MDB) — Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara- MDB) — Para declarar o voto, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Não, eu não quero declarar voto, eu vou me utilizar aqui do expediente utilizado sempre pelo deputado Zeca do PT... É que não tivemos a oportunidade do debate, embora os assuntos tratados sejam importantes. Explico-me. A grande preocupação do momento, que creio deveria ser de todos, é esse conflito instalado entre Estados Unidos e Irã. Considero preocupante, e sob vários aspectos, a declaração dada pelo presidente americano ao apresentador Jake Tapper, da CNN: "Os Estados Unidos estão dando uma surra no Irã, ainda nem começamos a atingi-los com força, a grande onda ainda nem chegou, a grande onda está chegando em breve." Considero isso preocupante pelos possíveis desdobramentos desse conflito, que pode atingir proporções inimagináveis, porquanto outros países, indiretamente implicados, já estão entrando na guerra. Portanto eu gostaria apenas de chamar a atenção para isso, para que esta Casa possa ao menos encaminhar um documento, algo do tipo, manifestando a nossa preocupação, a nossa insatisfação com o que está ocorrendo. Parece que os homens hoje pensam muito mais em destruir o planeta do que em preservá-lo. É crítico o momento que a humanidade está vivendo e acho que devemos fazer essa reflexão.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara- MDB) — Boa observação, Vossa Excelência bem que podia usar depois as Explicações Pessoais para aprofundar o tema, para que os colegas possam também participar. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00229/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira.

**Presidente** — deputado Renato Câmara (MDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara- MDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara- MDB) — Aprovado o projeto que denomina "Doutor Antônio Albuquerque Maranhão" o Centro de Diagnóstico do Hospital

Regional de Dourados. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal, Projeto de Lei nº 271/2024. Autora: deputada Gleici Jane. "Institui ações de combate ao racismo religioso contra comunidades negras e indígenas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva integral 01, tendo como relator o deputado Renato Câmara. A Comissão de Desenvolvimento Agrário, Assuntos Indígenas e Quilombolas emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva integral 01, tendo como relator o deputado Zeca do PT. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Registramos e agradecemos a presença do vereador Márcio Araguaia, do município de Naviraí; de Jorge Luiz de Oliveira Santos, o Jorginho, vice-prefeito de Rio Verde; do vereador Wagner Correa, o Professor Vavá, de Mundo Novo; do vereador Murilo Peres de Matos, do município de Naviraí; do vereador Brendo Kaique, também de Naviraí; e do vereador Jéferson Cavalcante, o famoso Pinduca, presidente da Câmara Municipal de Mundo Novo.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Declaração de voto, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declarar o voto, a autora do projeto, deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Presidente, eu quero assinalar a importância desse projeto de combate ao racismo religioso, projeto que defende a liberdade de crença. Já temos a liberdade religiosa garantida na Constituição, mas precisamos ainda combater o racismo, o preconceito, todo tipo de manifestações hostis a todas as religiões, principalmente às de matrizes africana e indígena. Nos últimos anos, têm ocorrido diversas manifestações racistas contra terreiros, contra casas de reza... São queimas de casas de reza em território indígena, até com vítimas fatais, são pessoas ameaçando queimar mulheres indígenas, chamando-as de bruxa, numa espécie de retorno da Inquisição. O objetivo do projeto então é garantir que todas as pessoas possam manifestar livremente sua fé, sem ser vítimas do chamado racismo religioso, e que eventuais recalcitrantes não fiquem impunes. Aqui no estado, tivemos também queima de terreiros, isso aconteceu em Dourados, aconteceu em Bela Vista. Então eu agradeço o apoio dos colegas que nos apoiarem na aprovação desse importante projeto, tão necessário para garantir a diversidade religiosa e cultural no Estado de Mato Grosso do Sul. Obrigada.

Projeto de Lei nº 271/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis, nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 03 requerimentos, 18 indicações, 01 moção de protesto e 05 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do senhor José Eduardo da Silva; proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor João



Barbosa de Lima; proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Antônio Felipe de Oliveira. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nem mais nenhum item a ser tratado, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Sessão (11h12min).